

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DO DIA 04 DE JUNHO DE 2020

Presidente

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

Deputados

Carlos Eduardo Melo Braga

Cláudio Manuel Pacheco Medeiros

António José de Braga Sousa

Bruno Furtado Moniz

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

André Filipe Vicente Mansinho

Alexandre Custódio Batista Câmara Amaral

Bruno Miguel Arruda Machado

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Zenaide Margarida Soares Henrique

Gilberto de Medeiros Caetano

Cláudia de Jesus Lima Cabral

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Emanuel Frias Santos

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Edgardo Costa Madeira

António José Santos Ponte

Dinarte José Resendes Sardinha

Emanuel de Sousa Medeiros

Maria da Conceição Frias Santos

Arménio Maurino Correia Jardim

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte

José Eduardo Costa

Secretários

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE JUNHO 2020

ÍNDICE

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - I - 254/2020 - Ratificação da Deliberação da Câmara Municipal n.º 33/2020, de 15 de abril - (Regime de isenção de pagamento de consumos de água e de taxas associadas, em virtude dos efeitos da declaração do estado de emergência devido à pandemia do Covid -19.)

PONTO DOIS - I - 297/2020 - Ratificação da Deliberação da Câmara Municipal n.º 42/2020, de 13 de maio (Isenção da taxa de ocupação da via pública e de publicidade para esplanadas")

PONTO TRÊS - I - 315/2020 - Proposta de Deliberação - Fixação do Feriado Municipal

PONTO QUATRO - I - 309/2020 - Informação - Setor Empresarial Local - Relatórios de Gestão e Contas de 2019

PONTO CINCO - I - 257/2020 - Prestação de Contas - Exercício de 2019

PONTO SEIS - I - 307/2020 - Delegação/Transferência de Competências para as Freguesias

PONTO SETE - I - 277/2020 - Segunda Revisão Orçamental

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE JUNHO 2020

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência da senhora

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte, respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia. -----

A senhora Presidente declarou aberta a sessão eram 20 horas. -----

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

##### - Registo de Presenças

Seguidamente foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão, verificando-se a presença de todos os elementos.-----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, Sabrina Marília Coutinho Furtado, o Vice-Presidente, Carlos Melo Pimentel e os vereadores, Gonçalo Patrício Fontes Dias, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Nélia Maria Silva Alves Guimarães e Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa.-----

##### - Aprovação da ata anterior

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2020, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

#### PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

Pedi a palavra o membro da Assembleia Municipal, Edgardo Madeira, para comunicar alguns reparos e sugerir alterações em alguns espaços públicos do Município. Dessa forma, iniciou a sua intervenção fazendo referência à situação de contingência pandémica vivida e sugeriu que no Mercado Municipal se colocasse estrategicamente algumas mesas e uns bancos onde as pessoas pudessem tomar o pequeno-almoço, um lanche ou um café, revitalizando um pouco aquele lugar. Sugeriu também que fosse feita a limpeza no interior do espaço/ bar no Parque da Vila. Referiu que, embora não estivesse a ser utilizado, não dispensaria a devida limpeza e conservação. Arrematou referindo que aquele lugar era a porta de entrada de Vila Franca, e, tal degradação, dava uma má imagem, quase de abandono. Na mesma linha de apresentação sugeriu que se restaurasse o busto do Engenheiro Artur Canto Resende. Relativamente à freguesia de Ponta Garça, mais concretamente ao Bairro do Meio Moio, sugeriu que se deveria construir um novo campo ou, até concretização dessa construção, realizar pequenos arranjos, uma vez que aquele estaria muito degradado. Acrescentou que Vila Franca do Campo ficaria mais aprazível e engraçada com árvores e palmeiras plantadas pelo concelho. Sugeriu que junto ao terminal de camionetas deveriam ser colocadas árvores/palmeiras. Frisou que arborizar traria mais encanto. Finalmente arrematou referindo que, junto ao bairro do Carneiro, havia contentores que estavam quase sempre repletos de lixo, pelo que, sugeriu que fossem ali colocados mais três (3) contentores de forma a colmatar as falhas existentes.- -----

Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferida, dirigindo-se ao senhor Edgardo, disse que ficaria registado e agradecia as sugestões apresentadas.-----

Pediu a palavra o Membro da Assembleia Cláudio Pacheco Medeiros, para apresentar o voto de Congratulação abaixo transcrito. -----

### “VOTO DE CONGRATULAÇÃO

*Como é do conhecimento geral , as medidas de confinamento social e de contingências sanitárias recentes tiveram o efeito que era sobejamente previsível sobre todas as atividades económicas assim como as atividades culturais que caracterizam e animam a nossa sociedade...Instituições de índole cultural, desportiva ou recreativa na nossa Vila encontram-se subitamente desamparadas das atividades e remunerações das mesmas derivadas. Tal conduziu as mesmas entidades para uma situação de incompatibilidade de cumprimento das despesas que a sua situação- já de antes delicada- levou a que se acumulassem...*

*Assim sendo, não obstante o supernumerário financeiro diretamente decorrente da contenção de gastos desta edilidade para com as atividades culturais entretanto canceladas, não deixa de ser o maior cabimento e oportunidade uma menção de reconhecimento e de gratidão para com as verbas ora direcionadas-Que foram no valor de dez mil euros, para as bandas filarmónicas.*

*Será com grande alívio que estes apoios extraordinários serão acolhidos. Permitirão o restabelecimento de tesouraria e suscitamento de um novo ímpeto agregador às mesmas coletividades.*

*Gostaria de dirigir esta Menção de Agradecimento de Agradecimento Particularmente na minha qualidade de Presidente da Direção da Banda Fanfarras Lealdade- relevante instituição centenária de índole cultural, que sempre teve como objetivo a promoção do interesse público, através da valorização da qualidade do serviço prestado à comunidade onde se insere, sendo uma associação s fins lucrativos e, ademais, gozando do estatuto legal de Associação de Utilidade Pública.*

*De referir ainda que a mesma Banda contém uma escola de formação de músicos- sendo que muitos destes formandos são residentes na freguesia de Ponta Garça e que têm os custos dos seus transportes (até à freguesia de São Miguel) inteiramente suportados pela Banda. Também gostaria de salientar aqui que a nossa instituição encontra-se de portas abertas para receber todas as crianças e jovens que queiram adquirir formação musical gratuita e, eventualmente, ingressar nas atuações da nossa Banda.*

*Igualmente, na qualidade de deputado Municipal, considero ser de elementar justiça que a mesma expressão de reconhecimento a este executivo camarário se estenda a todas as demais instituições Vila-Franqueses ora contempladas com similares subsídios camarários, assim como a todos aqueles que de qualquer modo se identificam ou fruam destas mesmas.*

*Em nome dos Vila-Franqueses, portanto, o nosso agradecimento.”-----*

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, agradeceu o voto de congratulação. -----

Pediu a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro para apresentar o Voto de Congratulação que abaixo se transcreveu. -----

### “Voto de Congratulação

*A escola é um reflexo da sociedade em que está inserida e como tal é influenciada pelas características desta sociedade. Cada comunidade possui características distintas e todas as políticas e intervenções educativas devem ser contextualizadas. Assim, nesta perspetiva, as autarquias têm um grande potencial de intervenção na comunidade educativa que pode ajudar a*

*compreender os fenómenos educativos e a intervir adequadamente e contextualmente.*

*Cada vez mais tem sido possível observar a importância das autarquias no campo da Educação. Esta importância que assenta na proximidade com a população local e com o conhecimento das características da comunidade, traz grande vantagem para o conhecimento dos fenómenos educativos e para a intervenção educativa e social.*

*O conhecimento próximo que as autarquias possuem das suas localidades representam potencialidades no combate ao insucesso escolar e no abandono escolar.*

*As autarquias podem cooperativamente com escolas, governo e outras entidades da comunidade, combater problemáticas e potenciar capacidades que sejam locais e contextualizadas, pois como refere o documento enquadrador do ProSucesso “ Desde a sala de aula, à escola no seu todo, desde a família e comunidade à autarquia, dos responsáveis políticos aos diversos parceiros sociais, saibamos todos assumir que chegou a hora de estarmos juntos na concretização deste urgente desígnio: melhorar a qualidade das aprendizagens dos nossos alunos para alcançarmos mais sucesso escolar”.*

*O sistema educativo nacional e regional, face à pandemia COVID-19, teve de se adaptar às novas medidas de contingência, de combate à propagação do vírus SARS-CoV-2, nomeadamente a promoção da telescola e ensino à distância. Estas medidas trouxeram diferentes desafios para as famílias sobretudo para as populações mais desfavorecidas que não possuem condições financeiras para a aquisição de equipamentos informáticos necessários para a promoção da aprendizagem.*

*A Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, atenta à situação particular dos seus municípios e numa atitude proativa, em estreita articulação com os Concelhos Executivos da Escola Básica e Secundária Armando Côrtes- Rodrigues e da Escola Básica e Integrada de Ponta Garça, através da identificação das crianças e jovens com maior necessidade, adquiriu 140 computadores no valor que ascende os cinquenta mil euros. De igual forma, adquiriu dois tablets especializados para os alunos com Necessidades Educativas Especiais, nomeadamente limitações de ordem visual, alunos estes devidamente identificados pelo núcleo de Educação Especial das respetivas escolas. Na eventualidade de não ser necessário utilizar os equipamentos no âmbito da pandemia, a escola é que terá a responsabilidade na sua utilização, nomeadamente para salas TIC, empréstimos, etc.*

*Com esta medida, a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, promove o sucesso educativo da sua população e apresenta-se como agente ativo na importante estratégia de combate ao abandono escolar. Permitirá ainda planear o próximo ano letivo que se avizinha, atrevido possíveis necessidades do sistema educativo local, escolas, professores, famílias e crianças.*

*Pelas razões apresentadas, propõe-se a esta assembleia municipal, um voto de congratulação.”-----*

O Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra, acrescentou que face à situação de pandemia, o ensino tinha passado a ser à distância e, assim, considerando que nem todas as crianças possuíam equipamento informático, a autarquia decidira investir 150 mil euros em computadores e distribuir, a título de cedência, à escola. A escola, por sua vez, emprestaria aos alunos que no fim do ano letivo devolveriam à escola e, em última instância, essa devolveria à Câmara Municipal. Arrematou referindo que tinha sido uma medida necessária tendo em conta que não se sabia o que se iria passar com o início do novo ano escolar. Concluiu agradecendo a colaboração dos Presidentes das Juntas de Freguesia da Ribeira Seca, Água D’ Alto, São Pedro e São Miguel, freguesias que faziam parte do Grupo Escolar da Escola Armando Cortes Rodrigues. ---

Colocado a votação, os votos foram aprovados por unanimidade.-----

Pedi a palavra, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, para tecer

algumas considerações sobre o confinamento/isolamento social, o estado de emergência e de calamidade causado pela pandemia do novo Coronavírus. Enalteceu o comportamento exemplar dos vila-franquenses face à nova situação, classificando-o como sendo exemplar, ordeiro e responsável. Nesse sentido, referiu esperar que continue sendo, tendo em conta que estar-se-ia a viver uma situação de maior abertura social. Referiu que os distanciamentos nos cafés, nas filas era mantido e enviou uma palavra de apressado a todos os vila-franquenses. Referiu que as juntas tinham tido um papel preponderante junto da Câmara Municipal sinalizando famílias necessitadas, referenciando-as para a segurança social e, por último, destacou a colaboração das juntas com o Governo Regional, na distribuição das máscaras de proteção individual pelas freguesias. No seguimento da mesma intervenção o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca questionou o Presidente da Câmara sobre a abertura da nova época balnear, quando teria início e, nesse sentido, deixou um apelo para que os balneários fossem abertos mesmo antes do início da época, considerando que muitas pessoas, com o bom tempo que entretanto se fazia sentir, frequentavam as praias. -----

O Presidente da Câmara no uso da palavra respondeu, em relação há pandemia, que as medidas tomadas pelo Governo Regional tinham sido eficazes e os Açores deveriam ter sido o único sítio no mundo que conheceu/teve as cadeiras de transmissão epidemiológicas detetadas. Referiu que não tinha havido transmissão do vírus na comunidade e as medidas atempadamente tomadas impediram que isso acontecesse. Disse que tinha sido do conhecimento das autoridades de saúde quais as pessoas infetadas e quem infetaram. Essa informação tinha dado um conhecimento sobre a evolução da pandemia nos Açores e tinha feito com que se tomasse posições e procurasse soluções para impedir que os surtos tivessem expansão. Salientou a importância do distanciamento social, a boa etiqueta respiratória e o uso de máscaras. O essencial seria praticar medidas de auto proteção e era importante reforçar a divulgação das mesmas. Referiu que no verão que se aproximava essas regras deveriam ser mantidas e, nas praias, deveriam ser aplicadas tal como nos outros sítios. Assim sendo, o distanciamento social seria comportamento primordial a manter; as praias teriam uma entrada e uma saída única para não haver cruzamento entre os utilizadores; os balneares não seriam abertos nessa conjuntura porque seriam um foco complicado de gerir. Nas praias com balneares passaria a existir um duche exterior a ser utilizado mas sem se recorrer a sabão/champô dado que não era aconselhável pela proximidade da praia e do mar. Informou a Assembleia que estava a decorrer um concurso para Nadadores Salvadores e que a proposta seria aumentar o número de Nadadores para todas as praias, excetuando-se a Praia do Corpo Santo. Referiu ainda que a época balnear teria início a 20 de junho, coincidindo com o fim do ano escolar. Frisou que no contacto com as pessoas amigas deveria ser utilizando máscara de proteção individual e apelou à responsabilidade individual de todos. Referiu não haver limitação do número de banhistas e havendo um aumento considerável de pessoas caberia ao nadador salvador o papel de sensibilizar as pessoas para a procura de outra praia. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da Assembleia Hélder Medeiros que referiu existirem necessidades fisiológicas dos utilizadores das praias e que, nesse sentido, a autarquia deveria ter em conta tais situações e os WC deveriam ser mantidos abertos. Salientou que as consequências do confinamento se faziam sentir e exemplificou a situação da banca que iria deixar de dar crédito. As execuções far-se-iam sentir; o emprego iria decair; as insolvências iriam voltar... O tecido laboral do concelho estava ligado à construção civil e os bons tempos outrora conhecidos deixariam de existir. Salientou que a agricultura/lavoura eram importantes, mas não tinham o poder de devolver à economia o dinheiro investido, considerando que a grande maioria eram negócios familiares. Referiu

que a Construção Civil apostava nas obras públicas. Nesse sentido apelou ao Presidente da Câmara e à influência dele junto do Governo Regional para que houvesse uma particular atenção sobre essa área e referiu acreditar que assim não haveria uma situação de calamidade social.-----

O Presidente da Câmara no uso da palavra concedida referiu, relativamente ao uso do WC, que esses ficariam abertos e que teriam uma higienização/desinfecção mais frequente. Quanto à questão da Construção Civil referiu que existiam bons indícios de como o Governo Regional estaria a pensar sobre essa matéria. Referiu acreditar que não seria vivida uma crise como a anterior. Contudo, iria haver desemprego, contratos precários e isso iria ser mais visível nos setores dedicados ao Turismo. Os hotéis e restaurantes iriam sofrer uma quebra significativa. Arrematou referindo que as empresas iriam ter um apoio significativo por parte do Governo Regional. -----

#### ORDEM DO DIA

#### **PONTO UM - I - 254/2020 - Ratificação da Deliberação da Câmara Municipal n.º 33/2020, de 15 de abril - (Regime de isenção de pagamento de consumos de água e de taxas associadas, em virtude dos efeitos da declaração do estado de emergência devido à pandemia do Covid -19.)-**

Foi presente à sessão, para ratificação, a deliberação da Câmara Municipal n.º 33/2020, de 15 de abril, que se refere ao Regime de isenção de pagamento de consumos de água e de taxas associadas, em virtude dos efeitos da declaração do estado de emergência devido à pandemia do Covid -19.)-----

Colocada a votação a deliberação foi ratificada por unanimidade.-----

#### **PONTO DOIS - I - 297/2020 - Ratificação da Deliberação da Câmara Municipal n.º 42/2020, de 13 de maio (Isenção da taxa de ocupação da via pública e de publicidade para esplanadas").**

Foi presente à sessão, para ratificação, a deliberação da Câmara Municipal n.º 42/2020, de 13 de maio (Isenção que se refere ao Regime de isenção da taxa de ocupação da via pública e de publicidade para esplanadas.-----

Colocada a votação a deliberação foi ratificada por unanimidade.-----

#### **PONTO TRÊS - I - 315/2020 - Proposta de Deliberação - Fixação do Feriado Municipal**

Pela Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi presente a proposta que se transcreveu.-----

“Pelo Decreto n.º 44 284, de 18 de abril de 1962, foi a câmara municipal de Vila Franca do Campo, autorizada a considerar feriado municipal o dia 24 de junho para a celebração das festas do S. João.

Refere também aquele diploma no seu artigo 2.º que “Nos anos em que, por qualquer circunstância, deixem de ter lugar as festividades que justificaram a autorização o dia não será considerado feriado (...)”.-----

O Decreto n.º 44 284, de 18 de abril de 1962, nunca foi expressamente revogado, pelo que se mantém em vigor.-----

O Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março, ao rever a Lei n.º 97/77, de 25 de outubro ( a primeira Lei das Autarquias Locais), atribui à assembleia municipal a competência exclusiva para fixar o dia feriado anual do município, competência essa que se mantém até ao presente e se encontra consagrada na alínea m) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A assembleia municipal de Vila Franca do Campo nunca deliberou fazê-lo, pelo que se mantém o regime fixado pelo Decreto n.º 44 284, de 18 de abril de 1962, o que, face ao cancelamento das festas do S. João da Vila, em virtude da pandemia do Covid-19, implicará a não consideração do dia 24 de junho como feriado municipal.-----

Assim, em ordem à reposição da normalidade formal e da defesa da tradicional data do feriado municipal de Vila Franca do Campo, propõe-se que a assembleia municipal, no uso da competência exclusiva que lhe é atribuída no quadro da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere fixar o dia 24 de junho como feriado municipal, sem quaisquer outras condições.”-----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### **PONTO QUATRO - I - 309/2020 - Informação - Setor Empresarial Local - Relatórios de Gestão e Contas de 2019**

Foi presente à sessão a Informação do Setor Empresarial Local, com o Relatório de Gestão e Contas de 2019.-----

O membro da Assembleia Municipal Bruno Moniz pediu a palavra para solicitar ao Presidente da Câmara algumas informações sobre o sector empresarial local nomeadamente em que ponto de situação se encontrava a Fundação da Escola Profissional de Vila Franca do Campo, visto que a fundação estava em processo de liquidação e não se sabia quando ia ficar concluída. Questionou, de seguida, quais as perspetivas das empresas municipais que não estavam em processo de liquidação, como a Marina da Vila e a Sociedade de Desenvolvimento da Vila Franca do Campo (SDV), considerando que as previsões económicas para os próximos tempos não eram muito animadoras, tendo em conta a pandemia de *Covid 19*, o que iria influenciar o normal funcionamento das empresas referenciadas. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra concedida referiu, em relação à escola profissional, que tudo se encaminhava para a conclusão do processo de liquidação. Na mesma linha de esclarecimento disse que a empresa Marina da Vila tinha a capacidade de ser autónoma. Referiu que os utilizadores pagantes nomeadamente aqueles que tinham empresas marítimo turísticas solicitaram ao Governo Regional a suspensão do pagamento de ocupação considerando a situação pandémica. Informou que o Governo Regional havia cedido à solicitação. Lembrou os presentes que a Marina tinha despesas, funcionários e que era necessário haver rendimentos para fazer face às despesas geradas. Salientou que enquanto o Governo Regional podia transferir dinheiro para as empresas, a Câmara Municipal estava impedida por lei de o fazer. Referiu que, com a pandemia a situação complicara-se que havia de se trabalhar para arranjar uma solução/ compromisso que fosse ao encontro dos diversos interesses. Relativamente à empresa SDV referiu que seria para continuar atendendo que estava relacionada com a habitação social. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

## **PONTO CINCO - I - 257/2020 - Prestação de Contas - Exercício de 2019**

Foi presente à sessão, os documentos de prestação de contas da autarquia, referentes ao ano de 2019.-----

O Presidente da Câmara no uso da palavra concedida referiu que, no exercício das contas de 2019, tinha havido resultados líquidos positivos, fruto da gestão que por todos era conhecida. Referiu que esse resultado líquido não era único e que se estava a viver tempos de relativa tranquilidade porque havia fundos suficientes para ajudar as famílias mais necessitadas. Salientou que a situação presente da Câmara permitia fazer face à situação conjuntural vivida presentemente. A gestão era criteriosa e cautelosa. A preocupação tinha sido criar reservas para se poder investir no concelho. A gestão tinha sido prudente e tinha dado à Câmara Municipal uma credibilidade na medida em que foi possível recuperar património que havia sido perdido e possibilitou ainda a construção da estrada para o Parque Industrial. Concluiu dizendo que o ano de 2019 tinha fechado com bons resultados e esperava que 2020 fosse um ano de investimento, assim como de ajuda a quem mais necessitasse.

O membro da Assembleia Municipal, Bruno Moniz, pediu a palavra, para apresentar o que abaixo se transcreveu.-----

*“Sr. Presidente da Câmara Municipal, venho saudar a si e a todo o seu elenco camarário pelos resultados obtidos e pela documentação informativa do relatório mais elaborado, visto que, como diz na sua nota de gestão, a assembleia municipal tem demonstrado preocupações sobre os gastos realizados por esta câmara, assim:*

<b>2019-2018</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Varição das Receitas</b>	<b>556 436,82</b>	<b>7,23%</b>
<b>Vendas e Prestações de Serviços</b>	<b>-5 942,14</b>	<b>-0,52%</b>
<b>Impostos, Taxas, Transferências e Outros</b>	562 378,96	7,75%
<b>Varição das Despesas</b>	<b>244 456,03</b>	<b>31,73%</b>
<b>CMVMC</b>	3 071,92	2,32%
<b>FSE</b>	69 549,98	3,34%
<b>Custos com Pessoal</b>	107 028,09	4,15%
<b>Transf. E Subsídios Cor. Conced. e Prestações Sociais</b>	102 355,42	27,69%
<b>Custos e Perdas Financeiras</b>	<b>-37 549,38</b>	<b>-5,77%</b>

*Após fechadas as contas de 2019, gostaria de saber quanto custou a realização dos seguintes eventos:*

*Carnaval de 2019*

*São João da Vila 2019*

*Festas de Verão 2019”*

O Presidente da Câmara perante o exposto referiu que não foi gasto todo o dinheiro que tinham e, o que tinha acontecido, foi que a Câmara tinha passado para situação de conforto financeiro. Frisou

que o Carnaval não tinha tido nenhum gasto financeiro dado que o baile tinha sido autossustentável; o São João da Vila havia anos que mantinha o montante investido e que havia pouco tempo que se tinha aumentado um pouco mais. Referiu que todos os anos, por ocasião das épocas festivas, havia melhoramentos e que nenhum evento se tinha deixado de se realizar por falta de financiamento.-----

Assim, com base na alínea l) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após apreciação, os documentos foram colocados a votação e aprovados por maioria com a abstenção dos eleitos pelo grupo de PSD. -----

O membro da Assembleia Bruno Moniz, no uso da palavra que lhe foi concedida, apresentou a Declaração de voto abaixo transcrita. -----

#### *“Declaração de Voto*

*O Grupo Parlamentar do PSD vem por este meio apresentar a nossa declaração de voto para a “Prestação de Contas do Exercício de 2019”, assim como ficou demonstrado pela nossa votação, o Grupo Parlamentar do PSD votou pela Abstenção na “Prestação de Conta do Exercício de 2019” pelas seguintes razões:*

*O Orçamento apresentado e realizado pela Câmara Municipal ao longo de 2019 foi da responsabilidade deste elenco camarário tanto nos investimentos como nos custos realizados; As promessas feitas aquando da apresentação do Orçamento de 2019 não foram tolamente realizados como podemos ver:*

*O Elenco Camarário tinha proposto para 2019 as seguintes realizações:*

*A- Parque Recreativo e de Lazer da Mãe de Deus,*

*Orçamento 2019 – 360.500.00*

*Realizado 2019 – 429.199.15*

*% - 96.42*

*Balneários e Sanitários*

*Orçamento 2019 – 393.000.00*

*Realizado 2019 – 380.529.54*

*% - 96.83*

*B- Roteiro da Olaria, na Freguesia de São Pedro;*

*Orçamento 2019 – 224.000.00*

*Realizado 2019 – 113.598.84*

*% - 43.16*

*C- Estabilização da Encosta nas Praias do Corpo Santo e Calhau das Dias*

*Orçamento 2019 – 680.000.00*

*Realizado 2019 – 29.972.04*

*% - 4.41*

*D- Requalificação do Centro Histórico de Água d’Alto;*

*Orçamento 2019 – 45.000.00*

*Realizado 2019 – 6.372.00*

*% - 14.16*

*E- Acesso e Sinalização ao Parque Industrial;*

*Orçamento 2019 – 68.000.00*

*Realizado 2019 – 60.897,03*

% - 89,55

F- *Programa de Emergência Social*

*Orçamento 2019 – 50.000.00*

*Realizado 2019 – 45.531.22*

% - 91.06

G- *Programa de Apoio à Habitação Degradada;*

*Orçamento 2019 – 40.000.00*

*Realizado 2019 – 24.962.67*

% - 62.41

H- *Bolsas de Estudo*

*Orçamento 2019 – 760.00*

*Realizado 2019 – 750.00*

% - 98.68

*A taxa de execução do PPI - Plano Plurianual de Investimentos para 2019 foi de 61%, como esta demonstrado nos quadros do relatório de gestão, confirmando assim análise anterior*

*Assim, visto que a execução das ideias, dos investimentos e dos custos inseridas no Orçamento 2019 e com a concretização destes na “Prestação de Contas do Exercício de 2019”, não são da responsabilidade Grupo Parlamentar do PSD, mas não obstante, consideramos que o Câmara obteve alguns resultados positivos, optamos no nosso sentido de voto pela Abstenção.”-----*

#### **PONTO SEIS - I - 307/2020 - Delegação/Transferência de Competências para as Freguesias**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação para a Delegação e Transferências de Competências para as freguesias, acordadas entre todos os presidentes das Juntas de Freguesia, conforme as competências e os respetivos suportes financeiros que a seguir se anunciam. -----

- Freguesia de São Miguel: Manutenção e limpeza de caminhos e de espaços públicos e obras de requalificação no edifício sede da Junta de Freguesia - € 10.000,00 (dez mil euros); -----

Solicitou a palavra ao presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, António José Ponte, para agradecer ao Presidente da Câmara e Vereação o apoio dado à Junta de Freguesia e refere ter sido muito importante o apoio dado e reconhece o esforço despendido nesse sentido. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

- Freguesia de Água d’Alto: Delegação /transferência de competências para efeitos de realização de transporte escolar; Manutenção e limpeza de caminhos e de espaços públicos e criação de um posto de turismo - € 19.000,00 (dezanove mil euros); -----

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Água D’Alto, Emanuel Santos, para referir que os Presidentes de Junta se tinham reunido com o Presidente da Câmara e que as atribuições tinham sido consensuais. Relativamente à Junta de Freguesia de Água d’Alto informou que tinha havido uma redução nos apoios ao transporte escolar considerando que tinha havido suspensão das atividades letivas. Apresentou à Assembleia o Projeto que a Junta Freguesia de Água d’Alto tinha idealizado e que iria brevemente colocar em prática. Iria ser criado um Posto Etnográfico na freguesia que teria por base quatro grandes temas que refletiriam a história e cultura das gentes de Água d’Alto e, ao mesmo tempo, enriqueceriam a freguesia e serviria de referência às gerações

vindouras. Assim sendo, os quatro pilares do projeto assentariam na história da freguesia; na ligação ao Ambiente; no património monumental e património cultural/ festivo. Pretendiam dinamizar os recursos existentes na freguesia com o intuito de a projetar exteriormente.-----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

- Freguesia de São Pedro: Manutenção e limpeza de caminhos e de espaços públicos e obras de requalificação no edifício sede da Junta de Freguesia - € 17.000,00 (dezassete mil euros); -----

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Flávio Pacheco, para tecer algumas considerações relativamente aos projetos para a freguesia e o apoio dado pela Câmara à junta. Assim sendo, referiu que a Junta de Freguesia de São Pedro iria continuar as obras de requalificação da sede da junta de freguesia nomeadamente a retirada das telhas de amianto e a consequente substituição do telhado. Referiu que as melhorias seriam de forma a dignificar a junta, a freguesia e as suas gentes. Saliu o apoio incondicional dado pela Câmara Municipal e louvou a disponibilidade demonstrada. Informou os presentes que a inauguração seria a 29 de junho, dia de São Pedro e, considerando as limitações presenciais, deixou o convite para quando possível passassem pela sede da Junta de Freguesia para visita às instalações. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

- Freguesia de Ribeira das Tainhas: Delegação /transferência de competências para efeitos de realização de transporte escolar; Manutenção e limpeza de caminhos e de espaços públicos e aquisição de viatura - € 19.000,00 (dezanove mil euros); -----

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas, Arménio Maurino, que agradeceu também à Câmara Municipal o apoio logístico recebido durante todo o ano. Referiu que além da cedência dos trabalhadores para limpeza dos jardins, dos caminhos e da praia, a Câmara Municipal apoiava financeiramente a junta de freguesia. Esse apoio iria para a compra de uma carrinha que serviria para dar apoio escolar às crianças da freguesia. Referiu que a carrinha existente na freguesia não possuía as características nem a segurança necessária para dar continuidade ao serviço efetuado, pelo que, urgia substituir a viatura. Assim, seria uma mais-valia o apoio dado e explicou que parte seria para a aquisição da viatura, parte para o combustível e condutor e o restante seria para a limpeza dos caminhos. Concluiu referindo que se houvesse oportunidade de atribuir mais alguma verba às juntas, estas seriam bem-vindas. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

- Freguesia de Ponta Garça: Manutenção e limpeza de caminhos e de espaços públicos; Ampliação do cemitério e construção de um apeadeiro na Rua Eduíno Terra Vargas - € 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos euros); -----

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Eduardo Costa, para dizer que nunca era tarde louvar e agradecer apoio prestado pela Câmara Municipal principalmente da parte do Presidente da Câmara, do Vice-Presidente e da Vereação. Explicou que a verba seria para aumentar o cemitério, obra de extrema necessidade na freguesia, considerando que o atual estaria com uma taxa de ocupação à volta dos 80 %; para aplicar na manutenção dos caminhos, canadas,

jardins da freguesia e para a construção de um abrigo de passageiros na rua Padre José Gregório de Amaral. Na mesma intervenção agradeceu a construção e abertura da delegação da Câmara Municipal na freguesia de Ponta Garça e anunciou a existência de uma nova caixa ATM na freguesia. Referiu que seria inaugurada a 23 de junho e que havia muito tempo que era desejada pela população, uma vez que só existia uma na freguesia. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

- Freguesia da Ribeira Seca: Delegação /transferência de competências para efeitos de realização de transporte escolar; Manutenção e limpeza de caminhos e de espaços públicos e substituição do pavimento do polidesportivo (colocação de relva sintética) - € 17.000,00 (dezasete mil euros); -----

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, para concordar e reforçar o que tinha sido dito pelos outros Presidentes de Junta de Freguesia. Agradeceu o apoio dado pela Câmara Municipal na cedência de trabalhadores para a manutenção dos caminhos da freguesia. Agradeceu o apoio financeiro cedido e referiu que seria aplicado nas melhorias e arranjos do campo de futebol. Salientou que era uma ajuda que era sempre bem-vinda apesar de não ser suficiente para a reabilitação do espaço. Referiu que a junta de freguesia iria também contribuir e que o espaço iria ter as condições necessárias para servir a população da Ribeira Seca.-----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Solicitou a palavra o Presidente da Câmara de Vila Franca do Campo para tecer algumas considerações sobre o exposto. Assim sendo, referiu que existia uma boa relação entre as Juntas de Freguesia e a Câmara e que essas assentavam no princípio da Cooperação, Equidade e Respeito mútuo. Referiu que tinha havido anos em que as transferências para as juntas eram inexistentes. Informou os presentes que no tempo atual esses apoios triplicaram. Referiu que os concelhos eram compostos pelas freguesias e quanto mais se pudesse transferir para as freguesias mais ganhavam os concelhos. O critério de equidade e justiça estaria subjacente na atribuição às juntas de freguesia.-----

## **PONTO SETE - I - 277/2020 - Segunda Revisão Orçamental**

Foi presente à sessão a proposta da 2ª Revisão Orçamental. -----

Colocada a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 23:05, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém 14 folhas.